



GT 18 Filosofia da Educação

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NA EJA: A EXPERIÊNCIA DO PROEJA FIC NO IF BAIANO E NO IF BAHIA.

Suélen Gonçalves Paixão da Silva – UNEB/PPGE-UFRJ
Neyla Reis dos Santos Silva - IF Baiano/MPEJA-UNEB

INTRODUÇÃO

Na sociedade heterogênea, globalizada e cada vez mais exigente, combater o analfabetismo e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos - EJA -, além de saldar uma dívida social, econômica e histórica com quem não teve direito ao acesso e permanência à educação durante a infância e juventude, constitui-se um dever do Estado.

Em 2000, o Brasil tinha 16.294.889 analfabetos, ao passo que os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010) apontam 13.933.173 pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% desse contingente eram de jovens e adultos, acima dos 15 anos. A situação da região Nordeste é preocupante, na medida em que mais de 0,5 milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) declararam que não sabiam ler e escrever. É importante ressaltar que a maior proporção de analfabetos estava nos municípios com até 50 mil habitantes, cerca de 28% da população de 15 anos ou mais. Nessas cidades, a proporção de idosos que não sabiam ler e escrever girava em torno de 60%.

Na Bahia esta realidade não é diferente. No total, são 1.729.297 cidadãos, que não sabem ler nem escrever. Os dados obtidos em pesquisas realizadas na região metropolitana de Salvador, a qual também permite inserir a cidade de Catu, sobre o índice de desemprego, produzem informações sobre a condição de vida de jovens e adultos que demonstram a diversidade das formas de desemprego ou formas precárias de trabalho aos que apresentam poucos anos de escolaridade. Estes dados nos apontam para a compreensão que, mesmo

diante da realidade de um mundo complexo e pautado no conhecimento, essencialmente a alfabetização ainda se constitui como um processo de empoderamento, capaz de criar condições de mudanças na perspectiva de vida profissional e laborativa do sujeito, mesmo que ela não seja garantia da ocupação de postos de trabalho (PRESTES, 2009).

Os documentos oficiais do SEJA (Segmento de Educação de Jovens e Adultos do Município de Salvador) acrescentam que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos apontam a educação como direito público subjetivo, no Ensino Fundamental.(...) A Região Nordeste congrega o maior número de estados, ocupando uma área geográfica de 18,26% do total do País e cuja população representa 28,9% da população brasileira. Reúnem, também, os mais altos índices de analfabetismo, pobreza e desemprego, consequentes de processos históricos de exclusão. (SALVADOR, 2012).

Neste cenário, a consolidação do ensino fundamental para jovens e adultos, que tem como fundamento “o conhecimento e os elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais” (BRASIL, 2010), além de ter como princípio de desenvolver o educando para o exercício da cidadania, oferecendo subsídios para o mundo do trabalho e para o prosseguimento aos estudos (BRASIL, 2010), é imprescindível para a superação dos altos índices de pobreza e melhoria nas condições de vida e emprego dos sujeitos.

No ensino fundamental, a EJA como modalidade da educação básica, compreende os processos educativos, vivenciados pelos sujeitos em contextos formativos e de trabalho, nos diferentes espaços e tempos humanos ao longo da vida. Esta modalidade de ensino tem a possibilidade de se consolidar como espaço que valorize os conhecimentos já trazidos pelo sujeito, privilegiando o acolhimento e os interesses destes jovens ou adultos, que retornam ao espaço escolar para dar continuidade a sua formação.

Neste sentido, Freire (2000) nos auxilia a pensar na educação de adultos e no educando desta modalidade de ensino

mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber que não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo (p. 40).

Neste sentido, é importante compreender que o adulto não é um sujeito pronto, acabado, fechado em si, por conta do tempo de vida ou da experiência. Enquanto ser humano, ser do inacabamento, o adulto também está em formação.

Segundo Barros (2011) podemos buscar sentido do termo adulto dentro, predominantemente, em duas dimensões: a dimensão biológica e a dimensão sociológica. A primeira, compreende o adulto ou adultez como uma fase, um estágio de vida inerente ao ciclo de vida do ser humano, enquanto a segunda, entende-o como um indivíduo que deixou de ser neófito para estar plenamente incorporado a sociedade. Nesta compreensão, depreende-se que não estamos falando de um sujeito finalista, determinado e pronto, compreendendo que o aprender também não o é e portanto, não trata-se apenas de buscar o que está perdido, de inserir o que está faltando.

Em tempo, é importante compreender que os jovens inseridos nos cursos de EJA, também enfrentam a realidade da incerteza, da imaturidade e da busca pelo trabalho. Os jovens brasileiros estão ou estiveram inseridos no mundo do trabalho e estão preocupados com o desemprego, a violência e a droga, nesta ordem de importância. Além disso, são sujeitos excluídos dos processos de formação escolarizada, do emprego, além das tradicionais formas de exclusão por etnia e sexo (SPOSITO, 2003).

No bojo desta discussão, insere-se pensar na educação profissional e na educação de jovens e adultos. São objetos de reflexão neste trabalho os cursos fruto do Programa de Formação Inicial e Continuada Integrada a Educação Básica na modalidade EJA (Proeja FIC), a saber: Proeja FIC Manutenção Elétrica Predial e Proeja FIC Solda, ofertados pela Secretaria de Educação do Município de Salvador (SEC Salvador) em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) *Campus* Salvador e os cursos Proeja FIC Operador de Computador e Proeja FIC Cozinheiro Geral ofertados pela Secretaria de Educação do Município de Alagoinhas (SEDUC Alagoinhas) em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *Campus* Catu, todos eles intermediados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação.

Apesar de se tratar de cursos em instituições, municípios e em realidades diferentes, os quatro cursos foram criados a partir do Ofício Circular nº 40/2009/GAB/SETEC/MEC e tiveram como aspectos em comum a construção de um itinerário pedagógico que contemple a proposta curricular, o processo de formação docente, a elaboração do material didático e o monitoramento, estudo e pesquisa, com vistas a contribuir para a implantação e a

consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões pertinentes ao Proeja.

Em termos de educação profissional, mesmo com sua criação recente - Os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892/2008 - , os institutos federais tem tradição. O IFBA foi criado a partir da unificação dos antigos CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica) na Bahia, enquanto o IF Baiano foi criado a partir da unificação das antigas Escolas Agrotécnicas e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). Com o Decreto nº 5.154/04, alterou-se a forma de oferta e se consolidou a rede federal de educação profissional. Mais tarde, com a edição do Decreto nº 5.840/06, instituiu-se os cursos de formação inicial e continuada integrados ao ensino fundamental, modalidade EJA.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção socioeducativa que já conta com mais de um século de existência, tendo iniciado suas atividades como instrumento de política voltado para aprendizagem de uma profissão para pessoas pobres e sem recursos. Hoje, configura-se como importante estrutura para que as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições pertencentes a este contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações específicas que a educação profissional e tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho, através da vinculação da educação profissional e tecnológica à elevação de escolaridade do jovem e adulto trabalhador (BRASIL, 2008).

Diante do quadro de analfabetismo no Brasil e na Bahia e da realidade e finalidade dos institutos federais, propusemos realizar uma breve análise dos cursos Proeja FIC, na busca de contribuir com os estudos sobre EJA no país, prioritariamente por entender que nesta modalidade de ensino é mister identificar as experiências exitosas ou não, no intuito de ampliar suas práticas, refletindo sobre o ganho social dos sujeitos desta modalidade, analisando a tentativa de elevar o nível de escolaridade e de formação profissional com vistas ao mundo do trabalho, ao mesmo tempo, a contribuição da educação profissional nesta modalidade da educação básica, inserida na estrutura de base do nosso sistema socioeconômico excludente e desigual.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir os objetivos citados anteriormente e fazer um levantamento compatível com a finalidade desta investigação, fez-se necessário um aprofundamento através da experiência com o cotidiano educacional, sem o qual não teria sido possível uma real análise dos fatos ligados a uma prática de formação na EJA, bem como compreender com profundidade como as práticas se estabelecem para a consolidação dos cursos em questão.

Entendemos que para abarcar a complexidade da reflexão que nos auxilie na compreensão destes cursos, um longo caminho de investigação ainda estar por vir. É objeto de análise deste trabalho o Documento Base dos cursos Proeja FIC nos aspectos inerentes a implantação dos cursos e, os projetos pedagógicos de cada curso enfatizando sua proposta curricular.

Neste percurso investigativo, realizou-se uma análise exploratória no Documento Base do Proeja FIC, identificando na política pública as intencionalidades e proposições. A seguir, na análise dos projetos pedagógicos dos cursos foram percebidas as diferenças curriculares estabelecidas nos cursos investigados, buscando compreender nestes currículos os princípios formativos tendo como base a realidade na qual os estudantes, jovens e adultos trabalhadores, estão inseridos.

Com este objeto assim definido, no escopo desta investigação é utilizada uma abordagem qualitativa, utilizando como técnica o estudo de caso, com inspirações etnográficas, buscando compreender nas ações e palavras dos sujeitos envolvidos os sentidos e significados. Para tal, é imprescindível fazer uma descrição para compreender a realidade estudada. As primeiras coletas de informações se pautam no aprofundamento teórico e na análise documental, favorecendo uma ação reflexiva e interpretativa, identificando nas duas realidades seus aspectos reveladores e sua relação com as intencionalidades mencionadas.

Esta modalidade de pesquisa, não pode se limitar à descrição de situações, ambientes, pessoas, ou à reprodução de suas falas ou depoimentos, mas precisa buscar a reconstrução das ações e interações das pessoas envolvidas segundo seus pontos de vista, suas categorias de pensamento, sua lógica. Na busca das significações do outro, o pesquisador deve ultrapassar seus próprios métodos e valores, admitindo outras maneiras de entender, conceber e recriar o mundo (ANDRÉ, 1995). Assim posto, a busca da informação não se restringe as intenções pessoais, mas ampliam-se para as institucionais, expressas em seus documentos e registros, referendados ou não em suas práticas.

O propósito desse estudo assume um papel relevante, buscando a compreensão e reflexão sobre as intencionalidades e as práticas, dentre outros aspectos, pela necessidade de repensar a educação profissional em nosso país, fortalecendo a integração entre a educação

profissional e a EJA, valorizando as experiências de vida e os impactos da política pública nacional na escolarização dos sujeitos.

REFLETINDO SOBRE AS REALIDADES

Antes de iniciarmos a discussão acerca das realidades empíricas dos cursos Proeja FIC, é essencial estar posta a reflexão acerca da concepção destes. Os cursos ora analisados fazem parte de um programa em nível nacional que prevê a oferta de ensino fundamental integrado a educação profissional. Como tal, é importante destacar que o conceito de formação “entrou no campo do pensamento educacional bastante tarde e apenas pela porta da formação profissional, gozando de um estatuto débil associado à ideia de se tratar na essência de uma forma inferior de educação” (BARROS, 2011, p.29). Isto porque a concepção acerca da educação profissional esteve calcada na perspectiva da especialização e na construção de conhecimentos operacionais e limitantes.

Para combater esta concepção, Gramsci (apud CIAVATTA e RUMMERT, 2010), nos auxilia a refletir sobre “o ideário da educação politécnica, tecnológica ou integrada entre a formação geral e a educação profissional, no sentido de superar o ser humano cindido, historicamente, pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (p.466). O que significa superar uma perspectiva da formação profissional que abarque apenas a especialização, que supere a visão do ser humano fragmentado e que sua formação auxilie na compreensão de si e do outro como transformadores da realidade.

O desafio que se põe a educação profissional integrada a educação básica reside, como nos sinaliza Frigoto (2010), na qualidade da educação básica ofertada aos nossos jovens (e porque não, adultos) que articule-se com as mudanças científico-tecnológicas do processo produtivo imediato, sem necessariamente ser confundida com um imediatismo falacioso da empregabilidade e do mercado de trabalho, sob pena de continuarmos reproduzindo na escola os modelos de desenvolvimento capitalistas de exploração do trabalhador.

Estando isto posto, na análise do Documento Base de implantação dos cursos Proeja FIC também encontramos referências a esta formação integrada. No entanto, de forma mais limitada e simplista, se trata aparentemente de uma forma de fazer, que ainda não supera essa dual concepção de formação profissional e a formação integral do sujeito, a saber

a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na

melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina. Não se trata, de maneira alguma, de subsumir o conteúdo propedêutico do ensino fundamental a uma preparação para o mundo do trabalho, mas sim de garantir a totalidade do primeiro integrando-o à segunda (BRASIL, 2007, p.19).

O caráter integrador da proposta presente no Documento Base mostra-se, a priori, como uma forma de reintegrar o jovem e o adulto ao mundo do trabalho e a retomada aos estudos, como uma forma de fazer, sem com isso aprofundar a concepção do trabalho como princípio educativo. Ao longo da sessão, vislumbra a superação da modalidade de ensino e sua consequente substituição por um ensino fundamental e médio de qualidade, que possibilite ao jovem a permanência e conclusão dos estudos (BRASIL, 2007).

Nessa discussão, inclui-se claramente a intencionalidade de qualificação profissional, presente no texto como “um processo que se situa prioritariamente na relação social construída pela interação dos agentes do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho” (LIMA apud BRASIL, 2007, p.22), buscando superar uma concepção de formação aligeirada e com o discurso da empregabilidade.

Em se tratando das concepções e princípios presentes no documento, identificamos os pressupostos: o jovem e adulto como trabalhador e cidadão; o trabalho como princípio educativo; as novas demandas de formação do trabalhador; relação entre currículo, trabalho e sociedade. As categorias elencadas apresentam uma clara intenção de articular a educação básica a educação profissional, no entanto, os princípios apontados ainda não apontam para uma ressignificação da formação profissional, no sentido de aprofundar as reflexões acerca dos processos de produção e da construção de uma consciência social referenciada na classe trabalhadora.

Acreditamos que esta ampliação será possível, na medida em que as instituições federais de ensino, de posse dessa concepção e dos instrumentos materiais e pedagógicos tracem um compromisso com a classe trabalhadora a qual esse programa se destina e se aproximem de uma perspectiva de formação politécnica dos trabalhadores.

Diante dessa dualidade, os cursos Proeja FIC foram implantados, trazendo em si o cerne do currículo integrado. É preciso destacar que as propostas dos cursos Proeja FIC são realizados através de parceria dos institutos federais (nesse caso, IFBA *Campus* Salvador e IF Baiano *Campus* Catu) e das secretarias de educação (SEC Salvador e SEDUC Alagoinhas, respectivamente). Essa realidade denota, em seu processo de execução dificuldades operacionais, uma vez que os cursos são realizados em instituições, estruturas e, inclusive propostas pedagógicas diferentes. É importante assim, reconhecer os desafios que se

estabelecem para a consolidação de uma proposta de integração curricular, buscando compreender em seus projetos pedagógicos as interfaces ou não dessa integração curricular.

Em termos de proposta curricular, nos cursos Proeja FIC ofertados pelo parceria firmada pelo IFBA *Campus* Salvador e a SEC Salvador, destaca-se a proposta de trabalho orientada para a produção de conhecimentos cujos resultados serão aplicados para fins práticos em situações que visem à produção de conhecimentos, às experiências laborais dos discentes e a melhoria das comunidades circunvizinhas a escola em que os sujeitos estão inseridos. Em seus objetivos está clara a intenção da qualificação profissional e da preparação dos sujeitos para a inserção no mundo do trabalho.

Por outro lado, uma das tentativas de interligar a educação profissional e a educação básica está expressa em componentes curriculares como Seminários Interdisciplinares (presente em todos os semestres), no qual tem-se o objetivo de articular as discussões da formação profissional e dos componentes curriculares do núcleo comum, através de atividades coletivas e comuns a todos os componentes curriculares.

Nos cursos da parceria do IF Baiano *Campus* Catu com a SEDUC Alagoínhas, desponta uma tímida relação da formação dos jovens e trabalhadores com uma perspectiva do trabalho como categoria sociológica, buscando relacioná-lo com o papel social que a escola possui. Em sua organização curricular há uma clara intencionalidade em realizar estudos contextuais e em uma perspectiva integradora, contemplando componentes curriculares que favoreçam a discussão interdisciplinar. A estruturação dos componentes curriculares apresentam uma clara distinção entre os conhecimentos do mundo do trabalho e as discussões do núcleo comum, no entanto, descreve-se esta divisão como ilustrativa, sendo que os conteúdos estariam ligados entre si, transversalmente. O componente curricular Seminários Temáticos também está presente nos cursos ora analisados, dentro uma subárea denominada de Diversificada, o que favorece o trânsito de discussões e possibilidades de atividades interdisciplinares.

Apesar disso, o perfil do egresso em todos os cursos mencionados priorizam um caráter eminentemente prático e relacionados a formação para o trabalho, contendo poucos elementos que possibilitem a ampliação da compreensão do trabalhador sobre aquilo que faz.

Está evidenciado nos projetos analisados a dualidade apresentada no Documento Base do Proeja FIC. Apesar da intenção de uma proposição de integração curricular, o que se revela é que ainda há um distanciamento deste com a utilização do trabalho como princípio educativo, bem como a ciência, cultura e tecnologia como eixos norteadores (CIAVATTA e RUMMERT, 2010).

Nota-se que, sendo fruto de um edital-convite, os projetos pedagógicos se assemelham em formato, no tempo de realização do curso (36 meses), na carga horária (1.410 horas) e nos requisitos de implantação (formação de docentes, produção de material pedagógico e implantação de grupos de pesquisa, estudos e monitoramento).

Nesta perspectiva, a análise realizada nos documentos orientadores dos cursos estudados evidenciam uma perspectiva diferenciada e inovadora de currículo, também para uma realidade nova em que aparecem interligados conteúdos e concepções de duas redes distintas, com organização e princípios também distintos, rede municipal e federal de educação, mas em que também não se tem muita clareza sobre as possibilidades que se estabelece na integração entre a educação profissional e a educação básica.

Um outro elemento que se encontram nas instituições é a formação continuada. Os docentes atuantes nos cursos tiveram curso de formação específica, já previsto no projeto orçamentário de implantação dos cursos. O curso de formação oportunizou a discussão de questões abrangentes e específicas. As temáticas abrangentes englobaram a discussão sobre as políticas públicas de EJA e da Educação Profissional, a questão do currículo integrado, os processos formativos dos jovens e adultos, a questão da andragogia, entre outros. Enquanto temáticas específicas, cada grupo de professores teve a oportunidade de pensar sobre o material pedagógico a ser utilizado e conhecimentos da área profissional específica, buscando assim uma integração entre as duas redes.

Esta experiência de formação docente continuada é fundamental na superação da dicotomia entre formação propedêutica e profissional, oportunizando aos docentes e demais profissionais envolvidos discutirem em conjunto as propostas de formação da EJA.

A maioria dos cursos de formação de professores nos prepara para atuar com o aluno ideal e - por que não dizer? - irreal. Aprendemos os conteúdos de nossas áreas, conhecemos algumas ferramentas pedagógicas e metodológicas, mas estamos longe de pensar a realidade concreta da escola na qual iremos atuar. (MACHADO,2009 p. 30)

Uma proposta pedagógica nascida da necessidade dos docentes e profissionais envolvidos tem a possibilidade de superação desta formação para o aluno ideal do qual Machado nos fala, apontando para o despertar para o aluno real que permeiam nossas salas de EJA.

Esses alunos reais, os discentes dos cursos analisados, têm histórico de abandono da escola. Não continuaram seus estudos na idade regular e não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade apropriada. A necessidade de ajudar na renda familiar potencializaram

o abandono da escola para trabalharem. Entretanto, ao deparar-se com um mercado de trabalho com baixos salários ou até mesmo com o desemprego, retornam à escola, que veem como possibilidade de salvação da sua condição precária, acreditando que a mesma poderá trazer melhoria na qualidade de vida, salários mais elevados e empregos efetivos. Assim, mantêm expectativas de uma formação educacional com qualificação profissional.

Prestes (2009, p. 36-37), nos diz que “não tem como negar que nem alfabetização/escolarização e nem a qualificação profissional são condições suficientes para assegurar ao trabalhador ingressar no mercado de trabalho, permitindo melhorar as suas condições de vida e de trabalho.” Isso, porque a autora entende que na EJA é necessário pensar em ações que auxiliem ao jovem e ao adulto resolverem seus problemas e de sua comunidade. Neste caminhar, é imprescindível que os cursos ofertados, para além da formação técnica, do ensinar a como fazer, ampliem a capacidade de se perceber como sujeito social, capaz de compreender o seu ser e sua razão de estar no mundo.

Como uma investigação preliminar, percebe-se que há uma intencionalidade na implementação desses cursos, atentando-se para aspectos relevantes de uma proposta de EJA que seja diferente e que contemplem ações que favoreçam uma formação que atendam as necessidades dos educandos, para além do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho faz uma análise preliminar das experiências dos cursos Proeja FIC no IF Baiano e no IFBA. É imprescindível salientar que as informações aqui expressas tomaram como referência os documentos norteadores que foram analisados: o Documento Base do Proeja FIC e os projetos pedagógicos.

Pensar em uma proposta pedagógica que contemple a educação e o trabalho, para a formação dos jovens e adultos trabalhadores é, prioritariamente uma opção política. Como opção o currículo integrado e a perspectiva do trabalho como princípio educativo rompe-se com uma formação aligeirada de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho na busca da formação de sujeitos, de jovens e adultos trabalhadores, capazes de pensar sobre sua existência e sobre suas ações como trabalhadores. Esta opção está presente no Documento Base, mas pouco se aprofunda nos projetos analisados.

Reconhecemos que a prática, o cotidiano, as ações pedagógicas e didáticas ocorrem dentro das salas de aula e o grupo de docentes pode alterar as práticas prescritas em seus projetos e currículos. Diante disso, ainda não é possível delinear os impactos dos cursos

analisados, tendo em vista o longo caminho ainda por vir da investigação e os diversos elementos que compõem o processo pedagógico de um curso.

Ao mesmo tempo, destacamos a necessidade de uma política de EJA que amplie a compreensão sobre a relação trabalho e educação, que contemple as realidades dos adultos e jovens que frequentam ou evadem das escolas. Nos institutos federais essa necessidade é ainda maior, uma vez que suas finalidades e princípios articulam estes dois eixos, prioritariamente para a formação para o trabalho.

Podemos encerrar esta reflexão destacando a necessidade de se avaliar e investigar acerca da implantação de programas como o Proeja FIC, pensando sobre sua relevância para o fortalecimento da EJA e, prioritariamente, para a mudança na vida dos sujeitos que frequentam estes cursos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Etnografia**. São Paulo: Papirus, 1995.

BARROS, Rosana. **Genealogia dos Conceitos em Educação de Adultos. Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida**. Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional. Lisboa: Editora Chiado, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Formação Inicial e Continuada, Ensino Fundamental. Documento Base**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Federal - Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília, 2010.

CIAVATTA, Maria, RUMMERT, Sônia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. IN: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, Abril-Junho, 2010.

FREIRE, Paulo. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. In: **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e no ensino médio. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)** – 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/brasil_de_faultzip_brasil.shtm>. Acesso em: 02 de Maio de 2013.

MACHADO, Maria Margarida. Políticas e práticas escolares de educação de jovens e adultos como direito à cidadania e formação de professores. In: **Educação ao longo da vida. Salto para o Futuro**. TV Escola. Secretaria de Educação à Distância. Ministério de Educação. Ano XIX. N.11. Setembro, 2009.

PRESTES, Emília Maria da T.. Educação e Trabalho: requisitos do Desenvolvimento e da Sustentabilidade. IN: **Espaço do Currículo**, v.2, n.1, Março-Setembro,2009.

SALVADOR, Secretaria de Educação. **Proposta Político-pedagógica do Segmento de EJA**, Salvador, 2012 (digitado).

SPOSITO. Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. Ação Educativa: São Paulo, 2003.